

Dívida interna divide até o Governo

MONICA IZAGUIRRE

BRASÍLIA — A renegociação da dívida pública interna começa a ser defendida abertamente por órgãos do próprio Governo, como medida necessária para deter a inflação e retomar o crescimento. Enquanto o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, considera a dívida intocável, uma publicação recente do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), órgão que responde ao Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, propõe que ela seja renegociada. Sem isso, afirma o estudo, será difícil para o novo Presidente da República evitar taxas cada vez maiores de inflação.

A publicação é a primeira da série intitulada "Para a Década de 90". Até o Natal, o Ipea promete lançar mais três livros da série, com um diagnóstico dos problemas da economia brasileira e perspectivas para a próxima década.

A forma como vem sendo administrada a dívida, rodada diariamente no **overnight**, é hoje o principal fator do processo inflacionário, concluem os economistas Eduardo Ohana, Paulo Zolhof e José Hamilton Bizarria. Devido ao caráter de curto prazo da dívida, aumentando ou não os juros, o Governo se vê sempre diante do risco de injetar dinheiro sem lastro na economia. E, com isso, incetivar o consumo e pressionar os preços. Se, de um lado, taxas nega-

tivas impedem a colocação de títulos para tirar dinheiro de circulação, de outro taxas positivas geram riqueza que os investidores acabam destinando ao consumo.

A renegociação proposta pressupõe um alongamento do prazo dos títulos. Isso através do fim da cláusula de recompra, que provoca a rolagem diária da dívida. Em contrapartida à impossibilidade de revender os papéis do Governo a qualquer momento, os investidores teriam taxas de juros maiores nos títulos de longo prazo. A renegociação com vantagens progressivas para o alongamento só não se estenderia aos títulos em poder do BC e das empresas públicas, que seriam compulsoriamente alterados, propõe o estudo.

31-11-89



Abreu: renegociação é o caminho